
Enriquecimento e empobrecimento no mundo agrário: Nordeste e Sudeste do Brasil, século XIX

Enrichment and impoverishment in agrarian world: Northeast and Southeast Brazil, 19th Century

Dora Isabel Paiva da Costa *

Resumo

Este artigo revisita o tema clássico do declínio econômico do NE e propõe uma análise comparativa com o crescimento da região SE. O objetivo é identificar os impactos produzidos nos grupos sociais agrários escravistas e não-escravistas das duas regiões e de características agrárias semelhantes ao longo de dois recortes temporais. Para tanto, utilizar-se-ão os inventários *post-mortem* os quais serão metodologicamente organizados de modo serial. As fontes principais utilizadas são os inventários *post-mortem*, os mapas de população e os censos de 1835 e 1872.

Palavras-chave: Declínio e crescimento econômico; Século XIX; História Econômica Regional.

Abstract

This article revisits the classical theme of economic decline of Northeast region of Brazil in nineteenth century and it aims to analyze in comparative perspective the economic performance of the Southeast region. The objective is to identify impacts on agrarian social groups of slave and non-slave owners in the context of economic decline and growth. The main sources are the *post-mortem* inventories, population's census and the methodology used is the serial one.

Key words: Decline and Economic Growth; Nineteenth Century; Regional Economic History.

* Docente e pesquisadora da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, campus Araraquara e da Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais da Unesp, campus Franca. Email: dora@fclar.unesp.br. Este artigo teve o auxílio do graduando Bruno Teixeira Sousa Barboza na organização das tabelas e na digitação do banco de dados quando foi bolsista Pibic/CNPQ.

Introdução

A narrativa clássica da historiografia econômica brasileira de Caio Prado Júnior¹ e Celso Furtado² sobre o crescimento e declínio da economia do século XIX enfoca as economias do açúcar, algodão e tabaco, aponta o deslocamento do polo dinâmico da economia da região Nordeste e das minas para o Sudeste, motivado pelas plantações da produção cafeeira. A liderança econômica atingiu “uma inversão completa de posições: o Norte, estacionário, senão decadente; e o Sul, em pleno florescimento”.³

Neste artigo enfocaremos o tema do enriquecimento e empobrecimento da estrutura econômica regional do ponto de vista comparado, lançando luz no impacto direcionado aos patrimônios familiares a partir do exame dos inventários *post-mortem* das duas regiões apontadas. Este olhar descritivo ainda está por se fazer, uma vez que poucos autores ousam descortinar tal metodologia regional comparada⁴.

Nos finais do século XVIII e começo do XIX, a produção agrícola brasileira estava crescendo em relação ao algodão, enquanto a de cana-de-açúcar declinava, assim como o tabaco que tivera grande pujança, começava a passar por grandes dificuldades.

Apesar da crise setorial da cana-de-açúcar, houve um renascimento agrícola de outras lavouras à medida que a abertura dos portos e a emancipação política adquiriram solidez. As províncias do norte voltariam a ocupar posições privilegiadas desde o Maranhão até a Bahia. O Centro-sul passou a ter no café a atração dinâmica que atraiu recursos financeiros e humanos, uma vez que a mão de obra cativa, ao se tornar ociosa nas unidades produtivas das regiões de agricultura decadente do Nordeste, passou a ser vendida ao Centro-sul do país, enquanto, a mão de obra europeia chegava aos milhares para as regiões cafeeiras.

Em outras palavras, pode-se afirmar que os fatores de produção que se achavam numa posição de ociosidade ou semi ociosidade nas regiões de agricultura decadente, tais como terras, trabalho e capital extensivo foram

¹ Prado Júnior, Caio. *História Econômica do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

² Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª ed., São Paulo: Nacional, 1977.

³ Prado Júnior, op. cit., p. 157.

⁴ Ver o excelente trabalho comparativo de história regional: Noguero, Luiz Paulo; Rodrigues, Diego; Giacomoli, Ezequiel; Dias, Marcos Smith. Elementos Comuns e Diferenças entre os Patrimônios Registrados na Pecuária Gaúcha e na Pernambucana no Início do Século XIX. In: *Anais VIII Encontro de Economia da Região Sul. ANPEC SUL - 2005*.

deslocados para o nível de subsistência mínima.⁵ No entanto, deve-se ressaltar que, apesar do declínio deste sistema econômico, o mesmo foi capaz de ainda produzir incrementos demográficos significativos.

O mercado doméstico começou a se formar de modo significativo no final do século XIX, resultado das vendas externas do café e a posterior redistribuição desta renda - captada no exterior - e lançada aos mercados locais e regionais através das trocas internas, ou seja, das produções “para dentro” vinculadas à criação de gado e de mulas as quais eram usadas para o transporte e que tiveram papel importante em determinados períodos e espaços internos à nação.⁶

Algumas pesquisas nos últimos anos têm examinado as proposições das grandes sínteses escritas em meados do século XX, dentre elas, pode-se citar Fragoso, 1990, Barickman, 2003 e Marcondes (2009).⁷ Estes trabalhos examinam a estrutura e a dinâmica de mercados internos como o do Rio de Janeiro, o da Bahia, o de Pernambuco, assim como o do comércio de cabotagem que se dava ao longo do litoral. Chegou-se a conclusão de que a estrutura apresentava-se mais complexa, com importantes setores produtores destinando seus produtos para o mercado interno; assim como, a dinâmica mostrava-se em crescimento a partir dos anos 40 do século XIX. A dinâmica da navegação de cabotagem se dava em tal magnitude que grupos de comerciantes atuantes neste circuito, defendiam seus interesses de modo organizado contra outros grupos de comerciantes, externos aos portos onde atuavam.⁸

Enquanto os mercados internos locais se dinamizavam no sudeste, agentes coloniais implementaram leis que reduziram grande parte da população camponesa livre do Nordeste oriental à condição de despossuídos de terras e cativos. Tal intervenção do Estado português, como ficou demonstrado na obra de Palacios, expropriou a população camponesa pobre e livre do acesso às terras devolutas marginais destinadas à produção de tabaco e algodão, subordinando-as à condição de simples agregados e moradores

⁵ Furtado, *op. cit.*, 1977.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Fragoso, João Luís Ribeiro. O Império Escravista e a República dos Plantadores. In: Linhares, M. Y. (org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Barickman, B. J. *Um Contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Marcondes, Renato Leite. *Diverso e Desigual*. O Brasil Escravista na Década de 1870. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009.

⁸ Moura, Denise Aparecida Soares de. Subsistemas de comércio costeiros e internalização de interesses na dissolução do Império Colonial português (Santos, 1788-1822). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 215-235, 2010.

às grandes unidades escravistas.⁹ Em outras palavras, o setor camponês produtor de algodão e tabaco que gerava renda para este segmento médio da produção agrícola foi reduzido à condição de mão de obra, enquanto o setor agroexportador pode concentrar ainda mais em seus domínios a produção de algodão e tabaco, concentrando renda e realizando as condições necessárias para a expandir a acumulação originária.

Em síntese recente, João Antonio de Paula revisita temas clássicos do século XIX como a estrutura produtiva nacional, a configuração regional da economia nacional, as exportações de produtos primários e importações de manufaturados, os mercados internos de terra, trabalho e dinheiro e concluiu que o atraso do desenvolvimento econômico brasileiro está relacionado às escolhas das elites dirigentes nacionais em optar por um mercado interno restrito, mediante a inserção internacional do país através do modelo de capitalismo dependente, concentrador de riqueza e renda.¹⁰

Seguindo o quadro interpretativo apontado por Paula, demonstraremos como a inserção da economia brasileira no comércio internacional e o crescimento interno de alguns setores produziram impactos combinados e desiguais de fluxos de renda e de ciclos de ascensão e declínio dos sistemas agromercantis regionais da economia doméstica. Para tanto, investigar-se-ão os patrimônios familiares de grupos sociais subsumidos a tais movimentos, que liderados pelas elites brasileiras voltadas à internacionalização, produziram efeitos de crescimento e declínio num contexto de disputas internas entre proprietários de capital agrário de grande e pequeno porte. A perspectiva comparada entre os subsistemas demonstrará os efeitos de tais inserções a nível internacional assim como da subordinação destes setores nacionais da agricultura doméstica. Como dissemos, o enfoque dar-se-á nas duas regiões com dinâmicas diferenciadas: o Oeste paulista e o agreste paraibano da região nordestina.

Indagar-se-á sobre a experiência de tais impactos de crescimento econômico em relação aos patrimônios familiares da região do Oeste paulista, à época, boca de sertão e região de fronteira, denominada Araraquara, em comparação com os sofridos pelo declínio econômico dos patrimônios situados na região do agreste do Nordeste, denominada Bananeiras, durante o século

⁹ Palacios, Guillermo. *Campesinato e Escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: UNB, 2004.

¹⁰ Paula, João Antonio de. O Processo Econômico. In: Carvalho, José Murilo de (coord.) *A Construção do Nacional, 1830-1889. História do Brasil Nação: 1808-2010*. Direção Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Objetiva, 2014, p. 195.

XIX. Para finalizar, interrogar-se-á sobre o significado do empobrecimento e enriquecimento em regimes agrários novecentistas no Brasil. É importante assinalar que o crescimento e declínio aqui descritos são alusivos às atividades agrárias estrito senso, ou seja, a um setor específico do sistema econômico, não contemplando outros setores, por exemplo, o financeiro o qual estava presente de modo mais significativo no Sudeste.¹¹

Fontes e Metodologia

As fontes compulsadas para esta pesquisa são os inventários *post-mortem* relativos às comarcas de Araraquara, Província de São Paulo e à de Bananeiras, Província da Paraíba. Complementamos com as informações sobre as populações contidas no Censo de 1872 e Listas de Habitantes de Piracicaba que na época envolvia a região de Araraquara. A extração de dados dos inventários se deu a partir de um tipo de procedimento de amostragem no qual se faz dois recortes temporais relativos aos anos de coleta que começa em 1830-1831 até 1880-1881. Com a finalidade de perceber mudanças de crescimento e declínio procedemos ao recorte de duas fases ao longo deste período, as quais podem ser entendidas como vividas por gerações de famílias que deixaram espólios de riqueza rural. A primeira geração vai de 1830-31, passando pela década de 1840-41 estendendo-se até 1850-51. A segunda vai de 1860-61, passa pela captura de dados dos anos 1870-71, estendendo-se até 1880-81.

Tabela 1: Tamanho da amostra de Inventários Post-mortem

Períodos	Número de Inventários			
	Bananeiras	%	Araraquara	%
1830-1831	9	10,2	7	5,0
1840-1841	9	10,2	12	8,4
1850-1851	20	22,7	13	9,1
1860-1861	14	16,0	23	16,2
1870-1871	14	16,0	50	35,2
1880-1881	22	25,0	37	26,0
Totais	88	100	142	100

Fontes: Inventários *Post-Mortem*¹²

¹¹ Aqui agradecemos aos comentários e sugestões dos pareceristas.

¹² Inventários *Post-Mortem* custodiados pelos Cartórios de Primeiro e Segundo Ofícios de Notas das Comarcas de Araraquara (SP) e Bananeiras (PB).

Os leitores poderiam indagar sobre a adequação das fontes em relação ao apontamento da questão. No entanto, o que se busca neste artigo é examinar as magnitudes de riqueza presentes nos patrimônios familiares e postular novas questões em futuros artigos. Um exemplo desta última ideia é entender a mentalidade ou não comercial destes agricultores. Seriam eles empresários agrícolas? Ou se aproximariam mais de um estrato senhorial de escravos que realizavam comércio sem uma mentalidade empresarial clara? Não há presença de posse de títulos públicos tal como demonstrados no trabalho *Metamorfoses da Riqueza*, no qual a autora pesquisou os inventários post-mortem da região da capital paulista no período que vai de 1840 até 1895.¹³ Tal ausência poderia ser resultado da metodologia escolhida, no entanto, asseguro que não o é, uma vez que quando transcrevi todos os inventários não houve assentamento de um registro sequer de propriedade de títulos. A posse de papel moeda não declarada é outro problema que poderia ser apontado, mas não resultaria numa grande mudança no resultado analítico aqui apresentado.¹⁴

A coleta de informações existentes nos inventários ao longo destes seis decênios investigados possibilitou descrever e analisar o comportamento da riqueza material declarada e o impacto sofrido sobre tais grupos sociais, tanto no período anterior, quanto no posterior ao fim do tráfico de escravos e da lei de terras. Enquanto uma região tomou parte em um movimento ascendente de povoamento territorial, aliando crescimento econômico e populacional, a outra participou de um ciclo de declínio econômico e perda de mão de obra cativa e desvalorização de ativos fundiários, graças ao declínio dos preços internacionais vinculados à agricultura de exportação.

A Tabela 1 acima mostra os totais de inventários levantados, 88 para Bananeiras e 142 para Araraquara. A organização desta documentação foi realizada mediante uma sistemática serial.¹⁵ Nota-se uma discrepância da distribuição da quantidade relativa aos inventários do primeiro período quando comparamos com a do segundo referente a Araraquara. Quarenta e três por cento (10,2 + 10,2 + 22,7) da distribuição dos inventários de Bananeiras está concentrada no período que vai de 1830 a 1851, enquanto para Araraquara, no mesmo período temos vinte e dois por cento desta concentração. Esta diferença quantitativa pode ser explicada pela situação de povoamento

¹³ Cardoso de Mello, Zélia Maria. *Metamorfoses da Riqueza*. São Paulo: Hucitec, 1985.

¹⁴ Aqui de novo agradecemos as sugestões e comentários dos pareceristas.

¹⁵ Barros, José d'Assunção. Ernest Labrousse: a emergência da História Serial e da História Quantitativa. In: *Teoria da História*. A Escola dos Annales e a Nova História. Vol. V. Petrópolis: Vozes, 2012.

inicial que ocorria no oeste paulista, à época, enquanto que para a região do agreste seu povoamento que tivera início no século XVIII estava vivendo a terceira geração de povoadores, configurando a existência de maior estoque e densidade populacional. No segundo período tratado, temos uma distribuição de 57% dos inventários para Bananeiras e 77 % para Araraquara. Esta elevação distributiva traduz um crescimento de povoamento para a região do sudeste e a tendência à estagnação ou decréscimo da população naquela área do agreste.

Chama a atenção do leitor o declínio da amostra presente na década de 1880 em relação aos inventários de Araraquara. Esta diminuição é resultado do desmembramento territorial efetuado que redundou na criação da comarca de São Carlos a qual foi subtraída da de Araraquara. Tais repartições territoriais eram comuns em momentos de expansão do povoamento colonial. A documentação da região agreste aponta um declínio em relação à ocorrência de abertura de espólios dos defuntos nas décadas de 1860 e 1870. Este fato pode ser resultado das insurreições populares que destruíram através de incêndios parte da documentação dos cartórios da região, em razão de decisões do governo imperial de implantar o sistema métrico decimal e do recrutamento militar forçado, como apontam os estudos sobre tais revoltas.¹⁶

As regiões

O agreste nordestino é uma região que se situa entre a zona da mata e o sertão, por isso tem características de região de transição, possuindo traços tanto da zona da Mata quanto da do sertão. Isto significa que existem trechos de altitude elevada que recebem ventos úmidos e produzem aí microclimas com boa precipitação de chuvas e temperaturas amenas, recebendo a denominação de brejos. Em regiões onde a floresta Atlântica ia perdendo força são encontradas as chamadas caatingas, ou seja, os microclimas com baixa precipitação pluviométrica e com temperaturas mais elevadas.

Manoel Correia de Andrade apontou que o povoamento do agreste ocorreu em razão da plantação da cana de açúcar no litoral que fez com que o gado fosse pastar em terrenos longínquos dos da cana. Enquanto na zona da Mata Atlântica predominava o sistema de monocultura, no agreste dominava a policultura, isto é, cultivos voltados para a alimentação regional, contemplando desde uma grande variedade regional de tubérculos como

¹⁶ Secreto, Maria Verónica. *(Des)medidos. A Revolta dos Quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Maud/Faperj, 2011.

cará, batata-doce, mandioca até feijões típicos de variedades locais como favas e outros similares em vagem, como também uma variedade de milhos e arroz. Também se produzia artesanalmente a rapadura, o mel de engenho e a cachaça. Eram das propriedades do agreste de onde partiam uma grande diversidade de farinhas de mandioca, rapaduras e mel de engenho para alimentar a população do litoral.¹⁷ As estradas existentes saíam das freguesias do agreste paraibano em direção às da Mata Atlântica Sul, por onde passavam produtos alimentícios do agreste que eram despachados nos portos de Olinda e Recife, sendo estes dois últimos, grandes concorrentes dos portos menores da Paraíba, - denominados de trapiche -, como os de Jacaré, Gramame e Mamanguape nos quais atracavam barcos menores.

A capitania do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba se tornaram a partir de 1755 subordinadas administrativamente à de Pernambuco, por conseguinte, as elites comerciais desta última passaram a controlar boa parte dos circuitos mercantis originados nas suas vizinhas, daí a presença de constantes reclamações nos documentos de época.¹⁸

Por outro lado, a região central da província de São Paulo denominada de Planalto Ocidental Paulista detém em parte solos arenosos e basálticos, intercalando solos de terra roxa. A composição diversificada de solos possibilitou desde o cultivo do café até alimentos e criação, uma vez que as correntes de água eram abundantes. Além da cana de açúcar, plantava-se milho, feijão e arroz. Parte da produção era destinada ao consumo local e outra parte era exportada para a vila de Piracicaba que funcionava como entreposto comercial à época. A própria vila de Araraquara formava outro entreposto para as tropas que iam explorar pedras preciosas dos sertões dos Goyazes. A região central da província foi sendo formada em grande medida pela população mineira que, após o declínio da extração das pedras preciosas, foi pouco a pouco se arranchando nas vizinhanças e fronteiras da província de Minas Gerais, chegando mesmo a povoar parte de Franca, deslocando-se ainda mais para o sul atingindo o centro da província.¹⁹

A historiografia afirma que após 1850 o sudeste passou a comprar cativos das zonas de economia decadente do Nordeste. As unidades açucareiras em

¹⁷ Andrade, Manoel Correia. *A Terra e o Homem do Nordeste*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005. Idem, *O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste*. Recife: Sudene, 1975.

¹⁸ Paiva, Yamê Galdino de. *Capitania da Paraíba: população e circuitos mercantis na virada do século XIX*. Monografia de Graduação em História, UFPB. João Pessoa, 2009, p. 31-40.

¹⁹ Bacellar, Carlos de A. P. Uma rede fundiária em transição. In: Bacellar, Carlos de Almeida Prado & Brioschi, Lucila Reis. *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p. 91-116.

processo de decadência vendiam estes indivíduos não só para a região sudeste, mas também para as unidades maiores mais produtivas que conseguiam manter sua produção sustentada por outros cultivos como o de algodão, fumo e gêneros alimentícios. Araraquara produzia além da cana de açúcar, gêneros alimentícios, carne e leite bovino e pequenas criações. Ambas regiões participavam do mercado mundial de produtos agrícolas de modo marginal e recebiam impactos relativos a inserção no sistema mundial de comércio. Outro traço comum concernente a estas regiões estudadas diz respeito à existência de unidades agrícolas e pecuárias de pequeno e médio porte. Tais unidades eram detentoras de pequenas e médias escravarias.

Estrutura produtiva e populacional

Os inventários da Paraíba permitem ao pesquisador caracterizar as atividades econômicas desenvolvidas naquelas terras, uma vez que esta documentação relaciona os maquinários, equipamentos e benfeitorias existentes nas propriedades agrícolas tais como casa de farinha, alambique, engenho de moer cana, descaroadora de algodão, tachos de cobre, entre outros. Todavia, os cultivos de alimentos como feijões, milho e arroz não aparecem neste tipo de documentação. Uma hipótese explicativa plausível está relacionada à redução do custo de confecção do inventário, uma vez que o imposto de transmissão incidia sobre o total do monte-partível, isto é, do patrimônio líquido. Possivelmente, pelo fato de se tratar de recursos de uso corrente e perecíveis, aqueles itens não estavam presentes no momento do arrolamento de bens e da avaliação monetária do patrimônio familiar a qual era realizada por funcionário da Coroa.

Pesquisa anterior sobre esta região da Paraíba aponta que a estratificação social contemplava uma pirâmide social na qual os inventariados proprietários e não-proprietários de cativos destacavam-se entre os 10% dos patrimônios mais ricos os quais pertenciam aos lavradores de cana e senhores de engenho; outro segmento social de magnitude significativa perfazia 26% do total e era representado pelos cultivadores de algodão, os quais constituíam-se em famílias de riqueza média; por fim, a base da pirâmide social produtiva e proprietária perfazia 64% que era representada pelos lavradores de mandioca e criadores de gado. A soma total das unidades agrárias pesquisadas atinge o tamanho da amostra a qual perfaz 1.331 unidades produtivas.²⁰ Naquela época,

²⁰ COSTA, Dora Isabel Paiva da. Demografia e Economia numa Região Distante dos Centros Dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras. *Estudos Econômicos*. São Paulo: Fipe, v. 26, n. 1, 1996, p. 123.

era muito comum o inventariante declarar mais de uma propriedade de terras, sendo uma unidade destinada à produção agrícola e a outra, à criação. A vila de Bananeiras também estava administrativamente dividida em dois termos, nomenclatura esta que designava parte da organização judiciária: a de mesmo nome destinava-se ao cultivo agrícola, enquanto o de Araruna que ficava na região do rio Curimataú e era voltada à criação de gado.²¹

Quando escrutinamos os domicílios rurais da Lista de Habitantes de Piracicaba, referentes aos bairros rurais de Araraquara, de 1835, percebemos que 2/3 daquelas unidades produziam milho, arroz, feijão, porcos, carneiros. O outro terço declarou que se engajava em ocupações tais como jornaleiro, ferreiro, carpinteiro, morador novo, “vivia de suas agências” ou “vivia de esmolas”.²² Portanto, pode-se afirmar com grau razoável de certeza de que a grande maioria das unidades produtivas plantava alimentos pelo menos na primeira metade do século XIX. Já no segundo período, os plantadores de cana de açúcar perfaziam a proporção de 12,8 por cento dos inventários da amostra coletada.²³ As listas da população residente eram realizadas a partir de alvarás que determinavam o que deveria ser recenseado, podia variar um pouco o conteúdo declarado, não sendo pois uniformes. Na de 1835, especificamente, arrolava-se a produção agrícola e a quantidade. Geralmente, a ordem partia do rei ou de seus conselheiros e era endereçada ao capitão-mor ou ao governador da província para cumprimento.

Araraquara fazia parte dos bairros rurais que pertenciam às Companhias de Ordenanças de Piracicaba e se localizava na 3ª. companhia em 1822, na 6ª. em 1824, na 6ª. e 7a. em 1828. Na Lista de Habitantes de 1835 aparece como fazendo parte dos quarteirões 15, 16, 17 e 18. Na de 1850 não aparece especificação de quarteirões e são listados 477 domicílios rurais, onde se declaram o nome do titular, naturalidade, idade, condição, estado civil, ocupação e a condição de letramento das pessoas (se sabiam ler e escrever). Constam ainda o nome da esposa do titular, dos filhos e filhas, agregados e escravos. Na classificação destinada à ocupação aparecem designações como: roceiro, lavrador, negociante, cozinheira, carpinteiro, escrivão, ferreiro, fogueteiro, sapateiro, costureira, pedreiro, alfaiate, jornaleiro, “vive de suas agências”, vive de esmolas. Quando diz respeito à ocupação dos filhos e/ou

²¹ Idem, *Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*. Dissertação de Mestrado em História/Unicamp, Campinas: 1992.

²² Maços de População de Piracicaba, 1835, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²³ Veja a tabela de número 7 mais a frente.

filhas do/a chefe de domicílio, em cem por cento das vezes, surge a palavra *nada* para definir a respectiva ocupação.²⁴

Tabela 2: População no Município de Araraquara, SP, 1872

Paróquias	Homens	Mulheres	Totais
São Bento	2.040	2.762	5.577
S. J. do Rio Preto	1.301	1.162	2.130
Totais	3.341	3.924	7.707

Fonte: Censo 1872²⁵

Em que pese algumas inconsistências já apontadas pelos pesquisadores que trabalharam os dados censitários,²⁶ pode-se ter uma ideia dos tamanhos destas populações das quais se trata. Na Tabela 2 acima, Araraquara declarou a residência de 7.707 indivíduos, sendo 3.341 homens e 3.924 mulheres. Duas paróquias faziam parte do município, a de São Bento, com 5.577 pessoas e a de São José do Rio Preto, com 2.130 habitantes.

A presença de indivíduos analfabetos chegava a 80% em Araraquara e 90% em Bananeiras. Para se ter uma ideia da dimensão que deste fenômeno tomava, nos anos em tela, quando se compara com outras realidades, a falta de instrução escolar nestas regiões chegava a níveis assombrosos neste mesmo período, uma vez que 80% das pessoas na região sul escravista nos EUA declarou que lia e escrevia.²⁷ Na Europa meridional, Portugal chegava a níveis semelhantes aos índices brasileiros.

A Tabela 3 abaixo mostra a população presente na vila de Bananeiras a qual pertencia à região mais populosa de toda a província que era a do agreste, abarcava duas paróquias, a do mesmo nome com 12.151 indivíduos, sendo 6.370 homens e 5.781 mulheres, e, a de Araruna, totalizando 9.812 habitantes, sendo 5.568 homens e 4.274 mulheres.

²⁴ Maços de População de Piracicaba, 1850, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁵ 1º Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872.

²⁶ Bacellar, Carlos de A. P. *Uso e Mau Uso dos Arquivos. Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79. Idem, *Arrolando os habitantes do passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 2008, p. 113-132.

²⁷ Graham, Richard. *Slavery and Economic Development: Brazil and United States South in Nineteenth Century. Comparative Study in Society and History*. Cambridge, 1981, p. 650.

Tabela 3: População no Município de Bananeiras, PB, 1872.

Paróquias	Homens	Mulheres	Totais
Araruna	5.568	4.274	9.812
Bananeiras	6.370	5.781	12.151
Totais	11.938	10.055	21.963

Fonte: Censo 1872.

O agreste tinha, portanto, três vezes uma população residente maior do que a área de fronteira recém ocupada. Quando se calcula o coeficiente de masculinidade para a população cativa, livre e total das regiões enfocadas, encontra-se os seguintes resultados:

Tabela 4: Coeficiente de Masculinidade para População Total, Livre e Cativa, 1872.

Regiões	PT	PL	PC
Araraquara (SP)	109	106	120
Bananeiras (PB)	118	118	113

Fonte: Censo de 1872. Legendas: PT = população total, PL = população livre, PC = população cativa.

Muito embora, a bibliografia internacional tenha observado áreas de fronteiras recém ocupadas²⁸ com uma população masculina superior à feminina, mesmo em áreas onde inexestia a escravidão, o que observamos aqui é o inverso. O agreste nordestino apresentou uma população varonil bem acima da feminina, tanto em relação à população livre, quanto à cativa, configurando um índice maior para a masculina. Já para a área de fronteira, a população cativa atingiu o maior índice de masculinidade, 120, quando se compara as duas regiões, (120 homens para cada 100 mulheres), enquanto a população livre cai para 118 (118 homens para cada 100 mulheres), totalizando um índice geral de 109. Uma hipótese explicativa a ser apontada é a elevada taxa de mortalidade de mulheres adultas em relação aos partos. A outra, está relacionada ao infanticídio de bebês femininos, algo já apontado em estudos que enfocam sociedades tradicionais, tanto no mundo ocidental quanto no oriental.

²⁸ Davis, James E. *Frontier America, 1800-1840. A Comparative Demographic Analysis of the Frontier Process*. Glendale, California: Arthur H. Clark Company, 1977.

No tocante à dimensão territorial, o historiador muitas vezes fica de mãos atadas tendo em vista a inexistência de informações da época tratada que apontem para níveis mais significativos de precisão. Embora a população de Bananeiras tenha se apresentado três vezes maior do que a de Araraquara, o tamanho territorial desta última comarca representava 5 vezes o tamanho da primeira. Portanto, temos duas situações distintas: uma região com maior concentração de população, e a outra, com baixa concentração; um espaço territorial ainda vazio com unidades agrárias recém constituídas, e, na outra situação, um espaço territorial retalhado em consequência das inúmeras subdivisões das unidades produtivas, resultado da transmissão de terras ocupadas por várias gerações.

Enriquecimento e empobrecimento

O Brasil na condição de país colonial produzia uma agricultura de exportação dirigida às metrópoles europeias. Este vínculo promovia não só a entrada de renda do exterior, gerando enriquecimento e formação de fortunas, mas também gerava o oposto, isto é, o processo de empobrecimento em momentos de quedas dos preços internacionais. Para além do comércio transatlântico havia também aquele realizado entre os portos menores da costa brasileira e era chamado de comércio de cabotagem, ou ainda, de mercado doméstico, o qual alimentava os circuitos internos à colônia e tinham a função de suprir o abastecimento interno da população.

Para se aferir o crescimento e o declínio econômico das duas regiões em tela, transforma-se-á todos os valores presentes nos inventários em mil-réis para a moeda inglesa, a Libra Esterlina. Este procedimento minimiza os impactos inflacionários da moeda brasileira que se desvalorizou especialmente na segunda metade do século XIX. Esta forma paritária de apresentar as moedas em vigência na época evita que os processos de inflação produzidos regionalmente possam ser interpretados de modo equívocado como aumento de riqueza.

Tabela 5: Crescimento e declínio da riqueza bruta e líquida, Araraquara, SP e Bananeiras, PB, 1830-1851 e 1860-1881 (em moeda inglesa)

Períodos		Riqueza Bruta Araraquara		Riqueza Líquida Araraquara	
Quantidade de inventários (N)	Soma dos Valores	Médias	Soma dos Valores	Médias	
1º. Período (N= 30)	9.712,8	323,8	9.124,0	304,1	
2º. Período (N=112)	116.857,7	1.043,4	109.620,4	978,7	
Períodos		Riqueza Bruta Bananeiras		Riqueza Líquida Bananeiras	
Quantidade de inventários (N)	Soma dos Valores	Médias	Soma dos Valores	Médias	
1º. Período (N=38)	15.973,4	430,7	11.498,4	302,6	
2º. Período (N=50)	21.244,7	424,8	3.842,7	76,8	

Fontes: 142 Inventários Post-mortem de Araraquara, Arquivos dos Cartórios de Primeiro e Segundo Ofício, Comarca Araraquara. De agora em diante A.C.P.S.O.A. Legenda: N = quantidade de inventários. O primeiro período corresponde aos anos 1830 a 1851 e o segundo, aos anos 1860 a 1881. O conceito riqueza *per capita* foi aferido em relação à população livre do censo de 1836, *in* Muller²⁹ e excluindo-se a população escrava. Do mesmo modo foi realizado com relação ao censo de 1872, *in* Bassanezzi.³⁰ Para Bananeiras: 88 Inventários post-mortem, Arquivos dos Cartórios de Primeiro e Segundo Ofício, Comarca de Bananeiras. Daqui em diante A.P.S.O.B.

Legenda: N = quantidade de inventários. O primeiro período corresponde aos anos 1830 a 1851 e o segundo, aos anos 1860 a 1881. O conceito riqueza *per capita* foi aferido em relação à população livre do censo de 1841 (21.589), *in* Quadro da População Livre da Província da Parayba do Norte, organizado por Comarcas e Municípios, Mapa 11, extraído de <http://brazil.crl.edu/bsd/574/000050.html>, excluindo-se a população escrava, assim como em relação ao censo de 1872 (21.963habitantes).³¹

²⁹ Müller, Daniel Pedro. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Gov. do Estado de São Paulo, 1978.

³⁰ BASSANEZZI, Maria Sílvia Beozzo. *São Paulo do Passado: Dados Demográficos, Censo de 1872*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998, mimeo.

³¹ Recenseamento Geral do Brasil de 1872, capturado no link: <http://brazil.crl.edu/bsd/574/000050.html>. Excluiu-se a população escrava em relação ao censo.

A tabela 5 acima possibilita-nos visualizar e entender o processo de enriquecimento e empobrecimento regionais, conforme narrado por Furtado.³² A formação da riqueza bruta (a soma de todos os montes-mores) indica que a região de povoamento territorial mais recente (Araraquara) teve sua riqueza multiplicada por dez vezes, enquanto que a do agreste teve um pequeno e leve crescimento. Quando se olha para os valores líquidos dos espólios (os ativos menos os passivos), Araraquara decola de uma base de 304 unidades de Libras e atinge um nível médio três vezes maior do que este valor no segundo período. Enquanto isso, Bananeiras apresenta um patamar médio de riqueza de 302 unidades de Libra e recua cerca de quatro vezes este valor no segundo período. Os valores apontados pelas médias de riqueza de um período a outro também demonstram as mesmas tendências, significando que enquanto uma região teve crescimento – na média – a outra, teve declínio.

Podemos concluir que o nível de riqueza agregada na primeira metade do século XIX apesar de, inicialmente ter sido semelhante nas duas regiões, ficou demonstrado uma queda significativa desta no NE para o segundo período.

Estudando a grande região denominada Nordeste Oriental, Guillermo Palacios³³ afirma que dois processos simultâneos colaboraram para o declínio do grupo denominado de agricultores pobres livres no período que vai de 1700 até o final do século XIX: a crise da agricultura escravista e a grande corrida ao ouro nas minas do centro-oeste do Brasil. A primeira está relacionada com a queda dos preços do açúcar no mercado internacional e a segunda, ao processo de despovoamento e a corrida à atividade ligada à extração de minérios preciosos.

Por outro lado, é plausível apontar mais um terceiro fator importante para se entender o processo de decadência de alguns grupos sociais na região. Em meados do século XVIII, a Coroa portuguesa criou a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba e açambarcou de modo monopolístico a atividade de compra e venda dos cultivos de tabaco e algodão, enquanto os antigos negociantes que eram residentes nacionais e intermediavam a compra e a venda destas plantações se constituíam em agentes econômicos de pequeno porte, - os chamados comissários volantes -, foram expulsos deste mercado com a chegada da referida companhia. O discurso oficial do governo português tinha como objetivo coibir o contrabando na região

³² Furtado, op. cit., 1977.

³³ Palacios, op. cit., 2004.

que era uma prática comum e muito denunciada nos documentos de época. No entanto, os desdobramentos desta ação monopolística engendrou uma maior concentração de riqueza nas mãos dos grandes senhores escravocratas e o desvio de parte da renda para o exterior, ou seja, para os agentes não-residentes no país.

Nos finais do século XVIII houve uma recuperação da agricultura escravista e um crescimento das unidades produtoras camponesas relacionadas à produção de algodão e mandioca. Naquela época, a Coroa se constituía em sócia maior da grande agricultura escravista, decidiu se apropriar formalmente de todas as terras devolutas de mata virgem localizadas entre o Ceará e Alagoas, para forçar os camponeses pobres livres a se subordinarem às grandes plantações na condição de moradores e/ou trabalhadores semi-assalariados. Deste modo, tanto a Coroa como os grandes proprietários escravistas voltaram a monopolizar as culturas mais rentáveis e ao mesmo tempo criaram uma reserva de mão de obra para suas plantações mais lucrativas. Este longo processo de acumulação primária permitiu a transferência de recursos fundiários e de renda do grupo camponês livre em direção ao grupo social localizado no topo da pirâmide, ou seja, os senhores proprietários escravagistas.

Pierre Villar explica que o grande desenvolvimento econômico que aconteceu na Europa Ocidental nos séculos XI-XIII se deu através do povoamento de novas terras não-ocupadas, onde se investia mais trabalho do que capital.³⁴ No Brasil, quando observamos estas duas regiões notamos que a expansão da fronteira do sudeste se deu de modo semelhante, uma vez que no oeste paulista houve mais investimento em mão de obra cativa do que capital propriamente dito. Houve maior incorporação de estoque de trabalho do que terras, uma vez que estas se constituíam em concessão da Coroa, ou ainda, eram adquiridas por meio de compras aos antigos posseiros (ver próximo artigo a ser escrito em breve). Nos inventários post-mortem deste período, nota-se que o valor da mão de obra cativa era muitas vezes mais alto do que o das terras. Podemos afirmar que como apontou um estudioso da expansão agrária, assistia-se, à repetição dos mesmos traços gerais do processo de produção e reprodução agrária, o qual se realizou de modo extensivo, sem existência de aumento de produtividade e desenvolvimento técnico com alta concentração de riqueza no topo da pirâmide.³⁵

³⁴ Villar, Pierre. *Crecimiento y Desarrollo*. Barcelona: Ariel, 1974.

³⁵ Fragoso, João Luís Ribeiro. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: um estudo de relações não-capitalistas de produção (1850-1920)*. Rio de Janeiro: Departamento de História, UFRJ, 1983.

Os dados abaixo das Tabelas 6 e 7 mostram que segmentos populacionais socialmente intermediários foram favorecidos com o crescimento da riqueza. Tais camadas médias de agricultores escravistas residentes na região da fronteira oeste paulista emergem em meio à documentação novecentista, sinalizando duas possibilidades: a primeira, a formação de novas escravarias e, a segunda, o desmembramento e transmissão do patrimônio familiar para o arranchamento da geração subsequente.³⁶ Por outro lado, os dados da região agreste mostram a presença de uma camada homônima média de agricultores escravistas que traduz, em conjunto, o declínio da riqueza patrimonial das famílias de modo proporcional. Um segmento dos senhores escravagistas de maior porte do agreste nordestino comprou parte da mão de obra cativa a qual foi drenada para as maiores unidades da região³⁷ ou para o sudeste³⁸.

Tabela 6: Tamanhos das Escravarias e Participação das Famílias Proprietárias na Riqueza Social, Araraquara, SP, 1830 – 1851 e 1860 –1881.

Tamanho das Escravarias	N	%	Riqueza	%	N	%	Riqueza	%
0	19	63	2.803,68	31,3	48	43	14.360,26	10,7
1-9	10	33	4.126,24	46,1	49	44	16.883,70	12,7
10-19	1	3,4	2.021,49	22,6	12	11	48.062,52	36,0
20-39	0	0	0	0	2	1,8	33.577,07	25,2
>= 40	0	0	0	0	1	0,02	20.524,06	15,4
Totais	30	100	8.951,41	100	112	100	133.407,62	100

Fontes: Inventários Post-Mortem de Araraquara, Cartórios de Primeiro e Segundo Ofícios, Comarca de Araraquara³⁹.

³⁶ Costa, Dora Isabel Paiva da. Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Área de Fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: *História Econômica & História de Empresas*. Vol. VII, No. 2, 2004, p. 7-36

³⁷ Costa, Dora Isabel Paiva da. Demografia e Economia numa Região Distante dos Centros Dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras. *Estudos Econômicos*. São Paulo: Fipe, v. 26, n. 1, 1996, p. 111-136.

³⁸ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

³⁹ Arquivo do Fórum da Comarca de Araraquara (SP).

Tabela 7: Tamanhos das Escravarias e Participação das Famílias Proprietárias na Riqueza Social, Bananeiras, PB, 1830 – 1851 e 1860 - 1881.

Tamanho das Escravarias	1º Período				2º Período			
	N	%	Riqueza	%	N	%	Riqueza	%
0	6	15,8	552,90	3%	26	52	3.146,58	15%
1-9	26	68,4	6.446,31	40%	20	40	10.348,55	49%
10-19	3	7,9	2.617,20	16%	3	6	5.206,42	25%
20-39	3	7,9	6.357,02	40%	1	6	2.543,17	12%
>= 40	0	0	-	0%	0	0	-	0%
Total	38	100	15.973,43	100%	50	100	£ 21.244,72	100%

Fontes: Inventários Post-Mortem de Bananeiras, Cartórios de Primeiro e Segundo Ofícios, Comarca de Bananeiras.⁴⁰

Araraquara apresentou um incremento de unidades produtivas caracterizadas por pequenas e médias escravarias (de 1 a 9 e de 10 a 19 cativos), significando que novas unidades agrícolas estavam sendo constituídas. Por outro lado, as unidades produtivas de Bananeiras detentoras de pequenas escravarias que representavam 68% do total de unidades, caíram para 40% e as médias e grandes passaram de 7,9% para 6%. De modo geral este processo de drenagem da mão de obra cativa foi dirigido às unidades produtivas de maior porte do sudeste e às unidades locais mais competitivas as quais estavam em processo de expansão. Não se pode deixar de apontar que tal empobrecimento se deu de modo circunscrito a alguns segmentos deste setor produtivo, mais especificamente, as unidades mais marginais que operavam com maiores custos sem a vantagem de ingresso de receitas compensadoras.

Enquanto, por um lado, os não-proprietários de cativos demonstraram um decréscimo de sua participação relativa ou proporcional de 63% para 43% no conjunto do grupo de agricultores escravistas, por outro lado, um número maior de unidades produtivas e de famílias incrementaram sua produção, riqueza e renda às custas da aquisição do trabalho escravizado recém adquirido dos grupos perdedores.

Do ponto de vista dos não-proprietários de cativos do agreste, estes tiveram em conjunto, um incremento de participação relativa ou proporcional de 15,8% para 52%. Este processo significa que os produtores agrícolas donos de pequenas escravarias foram lançados de um período a outro, de uma geração a outra à condição de grupo que, para produzir alimentos tinham que se lançar

⁴⁰ Arquivo do Fórum da Comarca de Bananeiras (PB).

à procura da mão de obra à jornal. Parte deste segmento tornou-se lavrador de cana sem terras e, às vezes sem cativos também. Aqueles menos aquinhoados foram lançados à condição de trabalhadores braçais que passaram a usar cada vez mais sua própria mão de obra familiar para dar conta de sobreviver.

Conclusão

Como vimos acima, assistimos ao longo do século XIX dois processos desiguais, porém combinados de enriquecimento e empobrecimento em duas regiões econômicas as quais se inseriram no mercado internacional de produtos primários de modo marginal, assim como estavam vinculadas ao mercado interno de bens primários.

O grupo econômico regional que ocupava e expandia a fronteira, aumentava a sua riqueza através da ocupação de terras virgens, cultivando cana-de-açúcar, gado e gêneros ligados ao abastecimento interno. Para tanto, compraram cativos de regiões economicamente decadentes. O outro grupo econômico, ligado ao NE teve que lidar com a reorganização da estrutura produtiva, uma vez que parte de seus camponeses livres e comissários volantes foram proibidos de produzir e mercadejar tabaco e algodão em razão da exclusividade destinada à Companhia de Comércio de Pernambuco e Parahyba pela Coroa portuguesa. Tais camponeses foram reduzidos da sua condição de negociantes brancos livres ou mestiços livres à moradores de condição que viviam agregados às maiores propriedades rurais da região.

Pesquisa recente⁴¹ mostrou a evolução da economia na província de São Paulo a qual produziu um padrão crescente de concentração da riqueza através de recenseamentos do período que vai do último quartel do século XVIII até à primeira metade do seguinte. O segmento social exportador da agricultura regional absorveu uma proporção cada vez maior dos cativos e gerou uma parcela crescente da produção agrícola. Isso ocorreu não só com o açúcar, mas também com o milho, o arroz, e o feijão, gêneros alimentícios produzidos em toda parte, os quais gradativamente passaram para o domínio da produção dos maiores proprietários. Por outro lado, no agreste, além de ter ocorrido processo semelhante ao que aconteceu em São Paulo, ou seja, as unidades maiores absorveram os cativos das unidades menores, com maior concentração de riqueza, a incidência da ação da Coroa portuguesa criou barreiras para que seus sócios menores participassem deste comércio, ao

⁴¹ Luna, Francisco Vidal e Klein, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 249.

mesmo tempo em que impediu que os camponeses livres usassem as terras livres para a produção de algodão e tabaco e concorressem com os grandes plantadores da região.

Portanto, concluímos que a ação da Coroa como sócio maior da classe escravagista no agreste nordestino reduziu os segmentos médios livres, brancos ou mestiços, à condição de mão de obra barata agregada às maiores propriedades que desenvolviam tarefas de supervisão e controle. Este grupo teve que se desfazer de seus cativos os quais foram adquiridos por grandes plantadores da região. Por outro lado, na fronteira oeste paulista os proprietários escravagistas tiveram a oportunidade de ser alçados à condição de concentradores de riqueza através da apropriação de terras virgens mediante a simples posse ou compra a preços muito baixos, como também de reprodutores do ordenamento escravista através da compra da mão de obra cativa a qual era adquirida de regiões decadentes.

Artigo recebido para publicação em 23/07/2018

Artigo aprovado para publicação em 18/02/2019